

## **ATA NÚMERO 39/XIII (2.ª)**

**12.outubro.2016 – 10h00**

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

### **2. Aprovação da ata**

- Da reunião de 4 de outubro de 2016

### **3. Comunicações do Presidente**

### **4. [Projeto de Lei n.º 278/XIII \(1.ª\)](#), do PCP – Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira**

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada Relatora: Nilza de Sena (PSD)

### **5. [Petição n.º 127/XIII, 1.ª](#) – Pela estabilidade dos docentes em funções no Instituto Politécnico de Viseu**

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Ana Rita Bessa – CDS-PP

### **6. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2015 - 10h30**

### **7. Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas sobre os Projetos de Lei n.ºs [128/XIII](#), do PCP, [159/XIII](#), do BE e [166/XIII](#), do PS, Pagamento de propinas e outras matérias relevantes - 11h45**

8. [Projeto de Resolução n.º 436/XIII/1ª](#), do BE, que Recomenda ao Governo que acompanhe a implementação da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, sobre o exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais

- Redação Final

9- [Projeto de Resolução n.º 157/XIII/1ª \(PEV\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Secundária de Camões, em Lisboa

- [Projeto de Resolução n.º 475/XIII/2ª \(PCP\)](#) - Início das obras de requalificação na Escola Secundária de Camões no ano letivo 2016/2017

- [Projeto de Resolução n.º 480/XIII/2ª \(BE\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Camões

- Redação Final

**10. Requerimento do GP do PSD para audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência**

- Apreciação e votação

**11. Outros assuntos**

**12. Data da próxima reunião**

18 de outubro de 2016, às 15.00 horas

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

**2. Aprovação da ata**

O Presidente da Comissão informou que a audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no dia 7 de março de 2017 teria lugar às 15h, e não às 10h, como

se tinha referido na reunião de 4 de outubro, por lapso, pelo que tinha sido incluída a hora correta na ata.

A ata da reunião de 4 de outubro de 2016 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

### 3. Comunicações do Presidente

#### 3.1. Baixa de Projetos de Lei para apreciação na especialidade

O Presidente da Comissão informou que tinham sido aprovados na generalidade em 7 de outubro e baixado à Comissão para apreciação na especialidade os Projetos de Lei abaixo referidos, em relação aos quais tinham sido recolhidos pareceres das entidades do setor aquando da apreciação na generalidade.

Questionou depois qual a metodologia que pretendiam adotar para a apreciação na especialidade, nomeadamente, se queriam equacionar a possibilidade de adoção de um eventual texto de substituição de todas ou algumas das iniciativas (e a constituição de um Grupo de Trabalho para o efeito), para discussão e votação na especialidade na Comissão e posterior remessa ao Plenário, para votação global ou se pretendiam que se fixasse já um prazo para os Grupos Parlamentares apresentarem propostas de alteração aos 3 Projetos de Lei e depois se fazer a votação autónoma e sucessiva de cada um deles.

A Deputada Joana Mortágua (BE) solicitou que os Projetos de Lei fossem votados na especialidade antes da suspensão das reuniões da Comissão para apreciação do Orçamento do Estado. A Deputada Susana Amador (PS) solicitou depois que a matéria fosse novamente apreciada na reunião seguinte, não se tendo registado objeções.

- ✓ [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- ✓ [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- ✓ [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

#### 3.2. Baixa de Projeto de Resolução

O Presidente deu conta da baixa à Comissão do Projeto de Resolução abaixo referido, tendo a Deputada Susana Amador (PS) informado que pretendiam a sua discussão na sessão plenária.

Projeto de Resolução	488	XIII	2	<u>Pela recuperação da Escola Alexandre Herculano no Porto</u>	Baixa comissão para discussão	2016-10-04	PS
----------------------	-----	------	---	--	-------------------------------	------------	----

### 3.3. Relatório de audição

O Relatório da audição dos peticionários da Petição n.º 127/XIII/1.ª – Pela estabilidade dos docentes em funções no Instituto Politécnico de Viseu – foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### 3.4. Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 2017

O Presidente informou que de harmonia com o calendário que estava estabelecido, entrariam na Assembleia da República na 6.ª feira, dia 14, as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 2017, que seriam distribuídas, respetivamente, ao PSD e ao PS, para indicarem os Deputados relatores, sendo a apreciação dos respetivos pareceres agendada para a reunião de 25 de outubro.

#### 4. [Projeto de Lei n.º 278/XIII \(1.ª\)](#), do PCP – Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira

A relatora, Deputada Nilza de Sena (PSD), apresentou o parecer, que foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### 5. [Petição n.º 127/XIII, 1.ª](#) – Pela estabilidade dos docentes em funções no Instituto Politécnico de Viseu

A relatora, Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), apresentou o relatório final da petição, que foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### 6. **Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2015**

O Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), que se encontrava acompanhado pelo Secretário Geral, referiu em síntese o seguinte:

1. A sociedade está sempre muito focada na organização, registando-se algum esquecimento dos alunos. O Relatório sobre o Estado da Educação procura responder à pergunta como estão e são os alunos atuais, o que há de novo, sendo este o problema de partida;
2. A conclusão é contrária ao senso comum, nunca houve tão bons alunos como hoje, vêm de uma população mais escolarizada, revelam uma melhoria em relação ao consumo de substâncias aditivas, têm melhores resultados a nível do PISA (Programme for International Student Assessment) e os indicadores a nível do comportamento na sala de aula também têm vindo a melhorar;
3. Há uma queixa de que os alunos estão muito desconcentrados, mas os jovens funcionam com atenções múltiplas e o trabalho na sala de aula tem de se adaptar, com novos comportamentos, havendo novos desafios;
4. As gerações estão mais qualificadas, mas a janela de oportunidades a nível de emprego é mais limitada. Há um desafio para a economia e a sociedade, que não respondem ao aumento das qualificações, havendo necessidade de crescimento económico para absorver mais qualificações;
5. O aumento da utilização de ritalina, medicamento utilizado para a hiperactividade, constitui uma preocupação, verificando-se que estão a ser utilizados produtos químicos em detrimento da alteração do comportamento das escolas.

Interveio depois a Deputada Germana Rocha (PSD) referindo que o Relatório contém indicadores que permitem caracterizar o nosso sistema educativo, fazendo uma análise dos resultados e realçando a necessidade de ouvir os alunos. Mencionou depois a relevância da motivação dos professores e salientou a diminuição do número de alunos vítima de *bullying*.

Referiu depois que a taxa de retenção escolar continua alta, embora tenha diminuído e questionou quais os fatores que contribuíram para a diminuição do abandono escolar precoce.

A Deputada Susana Amador (PS) saudou o Conselho Nacional de Educação pela sua actividade e realçou a importância do conhecimento, que precede a acção política. Referiu depois a comemoração dos 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo e perguntou se já havia elementos para partilhar.

Indicou que o sistema de educação está sempre em movimento e evolução, realçou a melhoria de resultados evidenciada no Relatório e salientou que o número de retenções ainda é grande. Considerou depois que o aumento da frequência da educação pré-escolar melhora os resultados dos alunos e fez referência à educação como um elevador social e à necessidade de igualdade de oportunidades. Fez referência à perda por parte do sistema de psicólogos e técnicos, de extrema importância na educação especial.

Perguntou depois como lidar com o envelhecimento da classe docente e quais as medidas a adotar, sendo que os alunos gostam menos da escola.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que faltam recursos humanos na escola, docentes e outros, considerou que o excesso de recurso à ritalina se prende com a obsessão em ter crianças mais atentas e salientou que o sistema educativo não responde bem a crianças inquietas, não trabalha com as diferenças e expectativas dos alunos face à escola.

Tendo presente os números das retenções, questionou se os currículos e as metas curriculares são muito selectivos e desmotivam muitos alunos e quais as medidas a adotar. Por último, perguntou quais as razões de na última década o ensino público ter perdido alunos e o privado os ter ganho.

A Deputada Ana Rita Bessa (PCP) realçou a importância de o relatório agregar estudos relevantes e referiu depois as taxas de retenção elevadas no 2.º ano, questionando quais as medidas a adotar, em termos de prevenção (nomeadamente com a educação pré-escolar) e remediação (nomeadamente com mais recursos, par pedagógico e realçando que este ano os professores do 1.º ciclo voltam a ter todas as disciplinas, incluindo as Expressões).

Referiu também as retenções no 7.º ano e a implementação de tutorias, de que se verá depois os resultados. Realçou a importância das escolas diferenciadas, nomeadamente as TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), defendeu a necessidade de se repensar o sistema, realçou que os alunos são diferentes e questionou o Presidente do CNE que sugestões de melhoria apresentava.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) fez referência a várias situações existentes nas escolas e pediu a apreciação e medidas a adotar. Referiu a diminuição do número de estabelecimentos, com a criação de mega agrupamentos, considerando que puseram fim à gestão de proximidade e diminuem a qualidade do ensino. Indicou depois o aumento dos cursos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes, defendendo que acentuam o sistema binário. Mencionou o envelhecimento do corpo docente, a existência de muitos com uma longa carreira contributiva e a diminuição dos professores com 30 anos. Por último, aludiu à redução do número de alunos no ensino público e à redução do número de professores.

Na sequência das questões e das observações colocadas, o Presidente do Conselho Nacional de Educação referiu o seguinte:

1. Os indicadores da relação dos alunos com a escola são bons. Os alunos continuam a gostar da escola, embora tenha descido o número dos que gostam muito e continuam a ter uma boa relação com os professores, aceitando a sua avaliação, havendo uma relação de confiança;

2. Os números da retenção escolar são um desafio de médio e longo prazo, havendo necessidade de alterar a atitude da sociedade de que os alunos que não sabem devem chumbar, devendo antes questionar-se porque razão os alunos não aprenderam quando deviam tê-lo feito e atuar-se logo que o aluno não aprende;
3. A escola e o sistema educativo têm uma taxa de seletividade muito elevada, não tendo sido concebidos para integrarem, para darem soluções a quem é diferente;
4. O sistema de ensino não pode dissociar-se do sistema de oportunidades. A diminuição do abandono escolar está relacionada com o aumento do desemprego. Atualmente dá-se mais importância à educação e depois não há alternativas fora da escola. Mantêm-se as altas taxas de insucesso escolar;
5. Há necessidade de adequação das ofertas formativas, nomeadamente a profissionalizante, às necessidades do mercado e aos perfis dos alunos;
6. Assumiram um compromisso de fazerem a avaliação dos 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo e prepararão um documento de reflexão a fornecer à Assembleia da República e aos Governo, com ideias, prevendo apresentá-lo no primeiro trimestre de 2017;
7. Há necessidade de repensar os conceitos, ensino regular/ensino irregular, especial/normal, etc e o futuro, bem como a evolução, nomeadamente o alargamento da educação pré-escolar;
8. Em relação ao número de psicólogos, é preciso ter cuidado com a leitura dos números e só o Ministério da Educação os pode clarificar;
9. A idade dos docentes é uma questão a ponderar (os professores com mais idade têm mais experiência e são mais caros), podendo ser reponderadas saídas graduais;
10. Não discorda dos mega agrupamentos, que têm algumas virtualidades.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

**7. Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas sobre os Projetos de Lei n.ºs [128/XIII](#), do PCP, [159/XIII](#), do BE e [166/XIII](#), do PS, Pagamento de propinas e outras matérias relevantes - 11h45**

Os membros do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) apresentaram a sua posição sobre as iniciativas legislativas em análise respeitantes às propinas.

Quanto ao Projeto de Lei n.º 166/XIII (1.ª), que define o mínimo de sete prestações para o pagamento das propinas e estabelece que os bolseiros não devem efetuar esse pagamento antes de receberem a bolsa, os membros do CRUP não têm qualquer objeção a apresentar.

No domínio do Projeto de Lei n.º 128/XIII (1.ª), que determina como única consequência do não pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico até o mesmo ser

efetuado, os membros do CRUP manifestaram a sua discordância quanto ao que se encontra aí definido, na medida em que essa iniciativa elimina aquilo que se encontra estipulado no regime atual e que determina que o estudante não se pode inscrever no ano seguinte sem ter pago a propina do ano letivo anterior, considerando que caso o proposto avance as universidades tendem a perder qualquer capacidade para recuperar os montantes em dívida.

Referiram igualmente que as universidades portuguesas têm feito, por iniciativa própria, um esforço para não perder os seus estudantes e daí terem criado, por exemplo, mecanismos adicionais para tentar resolver e ajudar aqueles alunos que, com bom aproveitamento, por razões económicas se vêm obrigados a abandonar o ensino superior. Informaram que o número de estudantes com aproveitamento escolar a abandonar o ensino superior por razões económicas é na atualidade residual. Os estudos que têm sido realizados apontam, pelo contrário, que a razão principal que leva a esse abandono tem a ver, em primeiro lugar, com o insucesso escolar e, em segundo lugar, com o facto de alguns desses estudantes terem entrado em cursos que não foram a sua primeira opção, acabando por não obter grandes resultados.

Cumulativamente referiram que todas as universidades têm mecanismos para dar resposta às situações previstas nas iniciativas legislativas em causa respeitantes aos casos em que, por razões económicas, os alunos com aproveitamento escolar se vêm na contingência de ter de abandonar o ensino superior e que os 150 ou 200 milhões de euros que se encontram disponíveis podem ser injetados na ação social, aumentando-se dessa forma o valor das bolsas.

Em relação ao Projeto de Lei n.º 159/XIII (1.ª), que alude a uma atribuição feita aos estudantes em comprovada carência económica, remetendo depois essa atribuição para posterior regulamentação, não se percebe bem o que é que isso pode significar em termos práticos. Consideram que o projeto introduz um mecanismo momentâneo de pagamento a cinco anos e pensam que vai ser muito difícil explicar aos estudantes porque é que esse regime se aplica aos estudantes que se encontram já inscritos e não àqueles que vão entrar na universidade no próximo ano. No diploma em apreço não se percebe como é que se pode materializar essa medida nos cinco anos posteriores ao terminus da licenciatura.

Quanto à ação social escolar, salientam que as universidades conseguem atribuir um número significativo de bolsas recorrendo a mecanismos extra, como por exemplo, solicitando às fundações e empresas privadas que apoiem os alunos carenciados através da concessão de verbas, existindo, pois, uma aposta numa política de responsabilidade social.



Ainda em relação a este tema, concluíram que o abandono escolar não tem propriamente na sua génese uma questão financeira mas, outrossim, a falta de expectativas e as próprias dificuldades de integração dos estudantes.

Na sua intervenção a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu-se, designadamente, ao corte verificado nos últimos dez anos no orçamento das universidades; às medidas adotadas por estas instituições para fazer face às dificuldades sentidas; e que – apesar do abandono escolar que se regista não ter propriamente a ver com as dificuldades económicas dos alunos – ao longo dos últimos anos foram adotadas medidas que permitiram que o pagamento das bolsas de ação social escolar fosse feito atempadamente, o que não está a acontecer nos últimos tempos. Concluiu afirmando que para o Grupo Parlamentar do PSD torna-se necessário que as bolsas sejam pagas com a antecipação devida para que os alunos possam planear com serenidade a sua vida académica e escolar.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) manifestou ser necessário não desestruturar o modelo de propinas existente e referiu-se ao «direito de acesso ao sucesso» e da necessidade de reforçar a ação social escolar, questionando o Conselho de Reitores sobre veracidade das «realidades dramáticas que se vivem em algumas universidades» e a melhor forma de lidar com este tipo de problemas.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu a posição do Grupo Parlamentar do BE quanto a esta matéria e que vai no sentido de defender um ensino superior onde não existam propinas. Sublinhando que grande parte das desistências pode não estar relacionada diretamente com o custo das propinas em si, apesar de entender que muitos alunos não se candidatam ao ensino superior porque conhecem o valor que têm de pagar e que não têm recursos que possam suportar esses custos, para além de se saber que as bolsas de ação social escolar não chegam a tempo de liquidar esse montante.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) iniciou a sua intervenção manifestando a posição do Grupo Parlamentar do CDS-PP de rejeição de todas as iniciativas legislativas em análise. Salientou a capacidade e qualidade do ensino superior prestado pelas universidades e a autonomia que lhes foi conferida em termos de gestão das suas instituições. Questionou também o Conselho de Reitores sobre os mecanismos adotados pelas universidades para resolver os casos manifestos de carência económica em associação ao bom aproveitamento escolar, os critérios de gestão deste tipo de processos e a eficácia da sua resolução; por último, perguntou se na opinião do CRUP o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto tem de facto alguma alteração de monta que permita levar a efeito uma renovação do emprego científico nas instituições do ensino superior.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse que o que o Grupo Parlamentar do PCP pretende é o não reconhecimento dos atos académicos realizados durante o período correspondente à propina que esteja em atraso e até à altura em que esteja regularizado o pagamento. Focou também a posição do seu grupo parlamentar quanto à premência de financiamento adequado das instituições do ensino superior, à necessidade de reforço da ação social escolar e à gratuidade de todos os níveis de ensino, incluindo o superior.

Os membros do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas responderam às questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados, tendo adiantado ainda que as propostas de orçamento feitas para o próximo ano letivo incluem os montantes necessários para fazer face às reversões salariais; que o número de alunos que abandonam o ensino superior por dificuldades económicas é residual; por último, reportaram-se às dificuldades que vão resultar do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, às suas zonas de indefinição e à sua difícil aplicabilidade.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

**8. [Projeto de Resolução n.º 436/XIII/1ª](#), do BE, que Recomenda ao Governo que acompanhe a implementação da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, sobre o exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais**

A proposta de redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**9. [Projeto de Resolução n.º 157/XIII/1ª \(PEV\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Secundária de Camões, em Lisboa**

**[Projeto de Resolução n.º 475/XIII/2ª \(PCP\)](#) - Início das obras de requalificação na Escola Secundária de Camões no ano letivo 2016/2017**

**[Projeto de Resolução n.º 480/XIII/2ª \(BE\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Camões**

A proposta de redação final, com um texto de fusão dos 3 Projetos de Resolução, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

**10. Requerimento do GP do PSD para audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência**

O requerimento foi apresentado pelo Deputado Amadeu Albergaria (PSD) que referiu a importância da audição do Ministro da Educação sobre o início do ano letivo antes da que respeitará ao Orçamento do Estado. Justificou depois o requerimento da audição, indicando, em síntese, a existência de vários problemas nas escolas, com o fecho de algumas, a falta de verbas para a ação social, a existência de um número excessivo de alunos em turmas com alunos com necessidades educativas especiais, a falta de pessoal não docente e as orientações em relação à não retenção de alunos e solicitou a vinda do Ministro com urgência.

O Deputado Porfírio Silva (PS) concordou com a audição do Ministro da Educação como 1.ª audição regimental, tendo o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) contraposto que não se trata de uma audição regimental, mas antes por requerimento, não contando para o computo das 4 anuais.

A Deputada Joana Mortágua (BE) concordou com a audição do Ministro para fazer o balanço do ano letivo, tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) reconhecido pertinência à mesma, o que foi também corroborado pela Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP).

O requerimento foi depois aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD e do CDS-PP e a abstenção dos Deputados do PS, do BE e do PCP.

#### **11. Outros assuntos**

O Presidente solicitou que de futuro os documentos para apreciação na reunião da Comissão sejam entregues com mais de 24h de antecedência.

#### **12. Data da próxima reunião**

18 de outubro de 2016, às 15.00 horas

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Alexandre Quintanilha)**

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 18 de outubro de 2016.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Emília Santos  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Ana Virgínia Pereira  
António Eusébio  
Cristóvão Crespo  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Diogo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Torres  
Pedro Alves